



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/11/2016 - Telesíntese

Setor eletroeletrônico fecha 736 vagas em outubro

Desde o começo do ano, segundo a Abinee, foram encerrados 9,2 mil postos de trabalho

As indústrias elétricas e eletrônicas fecharam 736 postos de trabalho no mês de outubro de 2016, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O dado se baseia nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged). Com o resultado, o nível de emprego no setor registra a segunda queda consecutiva após a expansão registrada em agosto (+252 vagas).

De acordo com o presidente da Abinee, Humberto Barbato, o aumento de agosto foi um fato isolado, pois nos meses seguintes a tendência não se confirmou. “ Não assistimos a reação que esperávamos”, diz. Agora, as ex-

pectativas mais positivas estão sendo transferidas para o segundo trimestre do próximo ano. “ Infelizmente, antes disso é difícil acreditar em uma reação na economia e no desempenho industrial”, afirma.

No acumulado de janeiro a outubro, as indústrias elétricas e eletrônicas registraram o fechamento de 9,2 mil vagas. O total de empregados no setor eletroeletrônico atingiu 238,7 mil no final do mês passado.

Há, porém, um dado que causa algum alento nos dados. A intensidade das demissões parece ter diminuído. Em outubro de 2015, o setor fechou 4.135 vagas, mais de 5,6 vezes o registrado no mesmo mês deste ano.

25/11/2016 - Telesíntese

Renan inclui Marco Regulatório de Telecom entre projetos prioritários

Em nota oficial em apoio ao presidente Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs convocar Congresso durante o mês de janeiro para votar os projetos prioritários. Entre eles, inclui o marco regulatório do setor de telecom.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota oficial hoje (25) em apoio a Michel Temer e propondo convocar o Congresso durante o mês de janeiro, para acelerar as votações de reformas consideradas relevantes para o ajuste fiscal. E também uma lista de projetos considerados prioritários, onde está relacionado o marco regulatório das telecomunicações.

O apoio de Renan ao presidente da República se dá após o pedido de demissão do ex-ministro Geddel Vieira Lima, da Secretaria de Governo, pressionado a sair após a denúncia do ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero, que o acusou de tê-lo pressionado a liberar um edifício em área tombada pelo Iphan em Salvador. A denúncia de Calero acabou respingando em Temer.

“ As alegações do ex-ministro da Cultura não afetam o presidente Michel Temer, que reúne todas as condições para levar adiante o processo de transição. As mexidas ministeriais tampouco afetarão o calendário de votações do Senado, que inclui a PEC do limite de gastos e o projeto de abuso de autoridades”, declara Renan em sua nota.

O presidente do Senado lista uma série de projetos que ainda precisam ser votados e que fazem parte do esforço da equipe econômica para promover um ajuste fiscal nas contas públicas.

Entre outros projetos citados como prioritários por Renan estão: PEC do limite de gastos; Lei de abuso de autoridades; Proibição de se alterar contratos por Medidas Provisórias; Modernização do Código Tributário; Lei de Licitações; Terceirização da mão de obra; Regulamentação dos jogos de azar; Novo marco das Telecomunicações; Desvinculação dos vencimentos dos tribunais superiores; Combate à burocracia; Fim da reeleição; Fim dos supersalários; Securitização e alongamento das dívidas estaduais.

Para dar conta dessa extensa pauta, ele sugere suspender o recesso e convocar o Congresso para trabalhar em janeiro, após as festas de final de ano. O recesso começa oficialmente em 23 de dezembro, mas os trabalhos devem se encerrar, de fato, no dia 15, na quinta-feira anterior.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28 de novembro de 2016 - Vermelho

Milhares nas ruas de São Paulo contra a redução dos gastos sociais

A Frente Povo Sem Medo organizou na tarde deste domingo (27) um ato contra a PEC 55/241, proposta que congela os gastos dos governos nos próximos 20 anos, na avenida Paulista, região central de São Paulo. A manifestação reuniu cerca de 40 mil pessoas segundo os organizadores.

Organizações, parlamentares e manifestantes presentes denunciaram que Temer não tem mais condições de governar o país. Para Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a "PEC 55 vai destruir o estado brasileiro, vai acabar com a capacidade de investimento social em saúde, educação e moradia. E é isso que eles querem fazer, querem deixar o estado só para eles, para que eles possam ganhar tudo", afirmou.

Segundo Carina Vitral, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), é a juventude que está na linha de frente contra a PEC 55, resistindo também contra a Reforma do Ensino Médio. O motivo, ela analisa, "é por que agora é o povo brasileiro que está na universidade, naquela mesma sala de aula que era só dos ricos. Agora o filho dos pobres querem garantir seu futuro. E o nosso futuro vai ser garantido nas ruas, com mobilizações, com as ocupações das escolas e universidades".

Manifestação popular

O discurso unificado de quem estava na avenida Paulista, inclusive entre as pessoas sem qualquer vinculação partidária, que compareceram em grande número, era a denúncia contra as reformas e medidas do governo ilegítimo de Michel Temer.

Segundo Rinaldo Batista Pereira, servidor do Judiciário, o ato tem um significado "muito grande". "Apesar de não estar aqui todo o povo brasileiro, há pelo menos uma grande representação dele e só o povo que vai conseguir mudar a situação que estamos", disse.

Já Lídia Pereira, também servidora pública e professora da Universidade Federal do ABC, a manifestação

desse domingo dá ainda mais "esperança para as próximas lutas". "Fala-se tanto em mudanças, mas se a gente não sair das nossas casas e sacrificar um domingo de sol como esse, essa mudança não vai acontecer. Os nossos deputados e senadores precisam ouvir, de fato, a voz das ruas, não apenas quando convém a eles", apontou.

A francesa Eloise Morhange, que mora há 29 anos no Brasil, afirmou comparecer "em todas as manifestações", "por não estar de acordo com esse governo que está no poder".

"Eu não voto, porque eu sou francesa, mas a gente tem que estar na rua e mostrar que a gente não concorda com o que está acontecendo".

Segundo Morhange, a onda conservadora que vem tomando diversos países ao redor do mundo exige atenção da população e dos progressistas. "Essa onda está no mundo inteiro como a gente está acompanhando no Brasil, nos Estados Unidos e na França futuramente nas eleições do ano que vem. Está todo mundo se radicalizando e virando extrema direita".

A estudante Letícia Soares, de 17 anos, estava animada. "Acho que as pessoas estão começando a perceber que este governo foi montado para evitar a punição de corruptos. Em seis meses, seis ministros saíram por denúncias de falcaturas", citando o mais novo escândalo do governo Temer, o pedido de demissão de Geddel Vieira Lima, Secretário de Governo até o último dia 25.

Os manifestantes também fizeram um minuto de silêncio em homenagem a Fidel Castro, líder da revolução cubana, que morreu ontem (26), e logo em seguida gritaram "Viva Fidel".

O cantor e compositor Chico César estava lá e, do alto do carro de som destacado para a atividade, fez um pequeno show para a multidão que esperava a saída do ato.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/290295-1>

27/11/2016 - Vermelho

Temer tenta negar crise política com entrevista atípica no domingo

O presidente ilegítimo Michel Temer convocou uma entrevista coletiva atípica neste domingo (27), para tentar abafar a crise política. Na abertura da entrevista, Temer reconhece que a coletiva foi resultado das manifestações de rua, sem citar que elas cresceram



a partir das denúncias de crimes de tráfico de influência dos seus ministros e do dele próprio.

Temer tenta ignorar crise, mas reconhece que a coletiva foi convocada em função das crescentes manifestações de rua. Temer tenta ignorar crise, mas reconhece que a coletiva foi convocada em função das crescentes manifestações de rua. A fala começou ao meio-dia, reunindo os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para passar a ideia de que a união deles permite a governabilidade em meio a manifestações crescentes de rua e de parlamentares da oposição por um pedido de impeachment contra Temer.

Em um pequeno discurso, em que ignorou todas as acusações que pesam sobre seu governo, ele ressaltou as matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso e que estão sendo aprovadas pela base aliada.

O presidente da Câmara, que falou em seguida, tentou explicar o ambiente no Legislativo, ignorando

as medidas antipopulares e antidemocráticas, se concentrando no projeto de 10 medidas de combate à corrupção. E negou que os deputados vão aprovar a anistia do caixa 2, que está em votação na Câmara, prevista para a próxima terça-feira (29),

também alvo de críticas da população brasileira.

O presidente do Senado, também em fala sucinta, disse que a Casa tem uma pauta de votações fechada até o final do ano, que inclui o ajuste fiscal ou a Proposta de Emenda à Constituição 241/55, que congela os gastos públicos por 20 anos, e a lei orçamentária.

Na primeira pergunta, o jornalista indagou o presidente Michel Temer, sobre a crise política e ele, ignorando o teor da pergunta, usou o espaço dado pela mídia para fazer propaganda de seu governo, citando programas do governo da presidenta eleita Dilma Rousseff como o Minha Casa, Minha Vida.

Na abertura da entrevista, Temer disse que a convocação da entrevista era para "atender a voz das ruas", reconhecendo que "o poder não é nosso, que é do povo e quando o povo se manifesta, essa audiência tem que ser reconhecida pelos poderes." Ao mesmo tempo, ele se indagou porque essa admissão parece só ocorrer agora em meio à crise em que ele e seus ministros foram flagrados em crime de tráfico de influência.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/11/2016 - Vermelho

Os pobres vão pagar sempre o preço mais caro

Escrevi aqui há algum tempo que em momentos de crise, seja de que espécie for, os pobres são sempre os mais penalizados.

Não importa a gravidade ou a indecência dos crimes cometidos por quem integra o grupo dominante em cada sociedade, as camadas mais vulnerabilizadas vão pagar o preço mais caro.

Nas tramas entre os poderes (econômico, político e bélicos) são estas pessoas que vão sofrer os resultados nefastos.

Algo precisa mudar radicalmente na relação da sociedade com os espaços ocupados pelos pobres. Não há ação em sociedade que não acabe afetando a todos que a compõem.

Dez mil famílias entregues à própria sorte no caso do aluguel social. Outras milhares de pessoas roubadas do seu direito à infraestrutura adequada (saneamento, mobilidade e moradia) e alguns outros chorando por uma refeição em frente a um restaurante popular, deveriam no mínimo inco-

modar a alguém.

O irônico é que no âmbito federal, essa é a gestão dos lautos almoços e jantares. Não é errado, é no mínimo uma clara demonstração do distanciamento da realidade, que insensibiliza.

A opressão desta parcela da população, legitimada pelo racismo institucional que praticamente mata mais de 50 mil jovens negros anualmente, precisa ser encarado de frente por todos e todas nós.

O avanço de discursos cada vez mais preconceituosos, tomados palatáveis pela disseminação massiva do medo do outro, do diferente, construindo um imaginário onde uns são mais humanos ou tem direito à humanidade do que outros, pode nos custar muito caro.

Chico Lopes: "Fidel mostrou que vale a pena lutar"

A trajetória de Fidel Castro demonstrou que vale a pena ter coragem e lutar pela liberdade, pela construção de uma nova sociedade, mais justa e humanizada, destaca o deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), sobre a morte do grande líder latinoamericano, que durante décadas enfrentou o poderio imperial dos Estados Unidos, mas não fraquejou em seus ideais.

"Ele mostrou que o ser humano não deve se conformar com a exclusão social, em que poucos têm muito e muitos têm quase nada", destaca o deputado. "Ele mostrou que o ser humano não deve se conformar com a exclusão social, em que poucos têm muito e muitos têm quase nada", destaca o deputado. Para Chico Lopes, Fidel foi um dos grandes protagonistas da história latinoamericana, ao lado de guerreiros como Simón Bolívar e José Martí, defendendo o direito dos povos à liberdade e à soberania. "Fidel foi uma grande influência para nossa geração, que lutou contra a ditadura militar no Brasil e sonhou com o socialismo, que nada mais é do que a construção de um mundo mais justo e menos desigual", ressalta o parlamentar cearense.

"Ele mostrou, na prática, que isso é possível, que o ser humano não deve se conformar com a realidade de exclusão social, em que poucos têm muito e muitos têm quase nada. Algo que muitos querem fazer pensar que é normal e eterno, mas que na verdade traz injustiças, conflitos, guerras.. Mudar essa realidade é possível, e Fidel e Cuba demonstraram isso

na prática, em uma experiência muito criticada pela imprensa, por muita gente, mas também de conquistas sociais que são inegáveis, na educação, na saúde, em prol do povo cubano", aponta Chico Lopes.

Reflexão sobre o Brasil atual

"Neste dia triste pela partida de um líder mundial do século XX, como Fidel, não há como não refletir sobre a tristeza da atual realidade do nosso País, em que mais uma vez vemos em risco as conquistas populares alcançadas nos últimos anos, quando o Brasil melhorou um pouco a situação da sua gente, que passou a comer melhor, estudar mais, ter mais dignidade e mais acesso a meios para melhorar de vida", acrescenta Chico Lopes.

"Parece que a Casa Grande não consegue aceitar que a Senzala melhore, e daí vem toda essa reação que estamos vendo, com um golpe de estado contra mais de 54 milhões de votos, com ataques diretos à educação, aos serviços públicos em geral, aos investimentos sociais por 20 anos", relaciona o deputado, citando a PEC 55/241.

"Isso só iria trazer mais desigualdade. Espero que possamos seguir lutando contra esse atraso que teria impacto para várias gerações de brasileiros. O exemplo de Fidel, na luta por justiça e solidariedade entre os povos, deve inspirar a luta contra os golpistas e contra a tentativa de eliminação dos direitos do povo brasileiro".



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26 de novembro de 2016 - Vermelho

João Sicsú: A PEC 241 não é para equilibrar as contas públicas

Não há desequilíbrio fiscal estrutural, crônico e agudo, nas contas do setor público. Algo que exigiria uma medida drástica: uma mudança na Constituição que deve vigorar por muitos anos. Mas o governo e seus seguidores mentem e dizem que existe. A propaganda mentirosa auxilia aqueles que precisam de uma mentira para repetir e convence os ingênuos que pensam que o governo deve funcionar de forma semelhante à economia doméstica.

Primeiro, mentem dizendo que o governo federal tem déficits anuais e dívidas acumuladas exorbitantes. Em seguida, sugerem que o governo é igual a uma família. Quando endividada, cortaria despesas. Então, precisaríamos de uma regra para impedir o aumento dos gastos públicos. Igualzinho a uma família: algum sacrifício hoje para colher os frutos da tranquilidade amanhã. Por fim, jogam a isca: a Proposta de Emenda Constitucional 241.

A PEC 241 estabelece uma regra de teto para os gastos primários do governo federal. A regra é que

os gastos primários de cada ano somente poderão aumentar de acordo com a inflação passada (medida pela variação do IPCA acumulada em 12 meses até junho do ano anterior). E essa regra deverá vigorar por 20 anos.

O governo faz dois tipos gastos: os primários e o pagamento de juros da dívida pública. Os primários são os gastos com saúde, educação, assistência social, cultura, defesa nacional etc. Excetuando os dois últimos anos (2014 e 2015), os diversos governos fizeram superávit no orçamento primário. Sempre gastaram menos do que arrecadaram. Em todos os anos, sem exceção.

A tabela mostra que, no período 2003-2013 (11 anos), o setor público fez despesas primárias em valores sempre inferiores às suas receitas. Portanto, fez superávit. Mostra que somente existe déficit orçamentário porque as despesas com o pagamento de juros da dívida pública são elevadíssimas. Esse é o motivo do nosso déficit orçamentário.

Quadro Orçamentário do Setor Público e Crescimento	Resultado orçamento primário (em % do PIB)	Despesas com juros (em % do PIB)	Déficit orçamentário (ou nominal) (em % do PIB)	Taxa de crescimento da economia (em %)
Média 2003-13		-5,91	= -3,02	+3,6
2014	+2,89	-0,57	= -6,05	+0,1
2015	-5,48	-8,50	= -10,38	-3,8
	-1,88			



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Pode-se constatar, também, que o que há de estrutural é que quando há crescimento econômico e, então, as receitas são suficientes, o governo faz superávit primário. Mas sempre faz déficit orçamentário (ou nominal) porque as despesas com juros superam a economia que o governo fez nas áreas da educação, saúde, saneamento, cultura etc.

E as despesas públicas com juros são elevadas não porque o montante da dívida é exorbitante, mas sim porque a taxa de juros Selic que remunera quem tem títulos da dívida pública é alta demais. Para resolver a situação orçamentária bastaria, por um lado, baixar os juros Selic e, por outro, estimular o crescimento.

Não precisa ser economista, especialista em contas públicas, para perceber que o que faz o déficit orçamentário são as despesas com o pagamento de juros da dívida pública. Se dependesse dos gastos somente nas áreas que fazem o gasto primário sempre haveria superávit orçamentário, exceto em conjunturas específicas.

No ano de 2015, a política de contenção de gastos públicos se intensificou e o resultado foi uma grave recessão de 3,8% do PIB com um déficit orçamentário de 10,38% do PIB. Embora maior que o déficit de 2014, era de mesma natureza, conjuntural. Em ambos os anos, o problema foi a falta de crescimento associado às despesas de juros que são inaceitáveis.

A defesa da PEC de que haverá uma queda na relação dos gastos primários do governo como proporção do PIB e isso fará o reequilíbrio fiscal é falacioso. Isso em si pode não melhorar nem piorar os resultados fiscais.

Os resultados fiscais dependem de outros fatores: crescimento, arrecadação e o pagamento de juros da dívida pública. Além de tudo, essa relação despesas primárias/PIB poderá até aumentar se houver, como é provável, prolongamento do ciclo recessivo ou estagnacionista.

A PEC desmontará o Estado brasileiro e suas

políticas sociais pelo simples fato de que o que precisamos são mais gastos per capita em diversas áreas, com destaque para saúde e educação. Não temos, tais como diversos países europeus, um estado de bem-estar conformado. E o desenvolvimento brasileiro é essencialmente a construção de um estado de bem-estar social.

A conformação desse estado de bem-estar depende de mais investimentos sociais. Quanto maior o gasto real por cada indivíduo (ou para cada cidadão) maior será a qualidade dos serviços e programas ofertados pelo Estado, desde a educação até a saúde. Mais recursos públicos por cada indivíduo (ou para cada cidadão) significará menos vulnerabilidade social e mais serviços de qualidade para população.

O que a PEC 241 propõe é exatamente o inverso: interromper o desenvolvimento brasileiro e colocar o País em rota de regressão. A PEC necessariamente diminuirá o gasto público per capita porque tais gastos estarão congelados, mas haverá crescimento populacional. De 2006 a 2015 (10 anos), o gasto per capita aumentou 44% na saúde e 102% na educação. E, é possível estimar que nos próximos 10 anos haverá uma redução de 6% no gasto per capita nas duas áreas.

A PEC 241 será a PEC do "adeus ao desenvolvimento". Saúde e educação são exemplos bem elucidativos, mas todas as áreas serão alcançadas: moradia popular, saneamento básico, transporte, cultura, assistência social etc. Enquanto essa proposta constitucional estiver em vigor não haverá desenvolvimento.

***É professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos do Ipea**

Opiniões aqui expressas não refletem necessariamente a opinião do portal Vermelho



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/11/2016 - Rede Brasil Atual

Renda do trabalhador cai pela primeira vez em 11 anos, diz IBGE

Rendimento médio passou de R\$ 1.950 para R\$ 1.853. Renda domiciliar foi de R\$ 3.443 para R\$ 3.186

A renda real – corrigida pela inflação – dos trabalhadores brasileiros caiu 5% em 2015 na comparação com 2014 e foi a primeira redução em 11 anos, revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada hoje (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento de todos os trabalhos passou de R\$ 1.950 para R\$ 1.853. Já o de todas as fontes, que inclui aposentadorias, recebimento de aluguéis, juros e benefícios sociais, entre outros, passou de R\$ 1.845 para R\$ 1.746 (-5,4%). O rendimento domiciliar foi de R\$ 3.443 para R\$ 3.186 (-7,5%).

Todas as categorias do emprego acusaram redução no rendimento médio mensal real do trabalho principal, com destaque para os trabalhadores domésticos com carteira assinada (-3,1%). A coordenadora da pesquisa do IBGE, Maria Lúcia Vieira, explicou que a queda está diretamente relacionada com a diminuição da população ocupada no país no ano passado.

“Foi um período em que a desocupação aumentou muito, cerca de 38%, e atingiu principalmente as pessoas ocupadas na indústria, na região Sudeste, e com carteira assinada, que têm rendimentos maiores que os sem carteira e os que trabalham por conta própria. A ocupação caiu justamente nos setores onde os rendimentos eram maiores”, disse ela.

Números da queda

Todas as grandes regiões apresentaram redução do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos: 7,2% no Norte (de R\$ 1.565 para R\$ 1.453); 5,6% no Nordeste (de R\$ 1.295 para R\$ 1.223), 5,4% no Sudeste (de R\$ 2.239 para R\$ 2.117); 3,3% na região Sul (de R\$ 2.149 para R\$ 2.079) e 3,5% e Centro-Oeste (de R\$ 2.284 para R\$ 2.203).

O índice de Gini, que mede a concentração de renda e desigualdade, também sofreu redução, mas segundo Maria Lúcia, isso decorre da crise econômica do país e não da melhora na distribuição de renda. “As quedas do rendimento se deram muito mais nos

50% da população que ganham mais do que nos 50% que ganham menos e isso fez com o que o Gini caísse”, afirmou. “A concentração diminuiu porque piorou mais para quem estava melhor em vez de melhorar para quem estava pior”.

Para esse indicador, quanto mais próximo de zero menor a desigualdade, sendo o número um desigualdade máxima. O índice da distribuição do rendimento do trabalho caiu de 0,490 em 2014 para 0,485 em 2015, seguindo trajetória decrescente da série desde 2004 (0,545).

Houve queda também no índice de distribuição do rendimento médio mensal real dos domicílios particulares permanentes (0,494, em 2014, para 0,493 em 2015) e do rendimento médio mensal de todas as fontes (de 0,497 em 2014 para 0,491, em 2015).

Nordeste tem o maior nível de desigualdade

A região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição desse rendimento (0,498), enquanto a Sul, o menor (0,441). Em termos de variação no período, o Sudeste registrou a maior redução do Índice de Gini de 2014 para 2015, seguida pela região Centro-Oeste.

Os 10% da população ocupada com os menores rendimentos recebiam 3,5% do valor obtido pelos 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados. Em 2014, essa relação era de 3,6%.

O grupo dos 10% de rendimentos mais elevados concentrou quase 40% do total de rendimentos do trabalho, registrando em média R\$ 7,4 mil, valor 5,9% menor do que o de 2014. O grupo pertencente à classe dos 10% de menor rendimento mensal de todos os trabalhos recebeu 1,4% do total de rendimento.

Em 2015, 44,7% dos domicílios particulares brasileiros que declararam ter algum tipo de rendimento contavam com até 1 salário mínimo (R\$ 788) por morador no domicílio dos 68,2 milhões de domicílios que declararam possuir rendimentos.